

MATRIZ DE COMPETÊNCIAS

CENTRO DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS (CPRC)

As atribuições do cargo de **coordenador(a)** estão estabelecidas na Resolução Nº780/2025, conforme segue:

I – gerir o Centro de Prevenção e Resolução de Conflitos no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, responsabilizando-se pelo planejamento, coordenação, monitoramento e avaliação das ações, bem como pela supervisão e orientação da equipe;

II – representar o Centro de Prevenção e Resolução de Conflitos da Assembleia Legislativa em reuniões legislativas e perante outros órgãos públicos, sempre que se fizer necessária sua presença, no âmbito de suas atribuições, notadamente nas questões que envolvam a prevenção e resolução de conflitos e a construção da cultura de paz;

III – propor ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará a celebração de convênios e parcerias com entidades e órgãos do poder público, bem como instituições culturais, acadêmicas e tecnológicas, empresas públicas e privadas, com a finalidade de expandir e fortalecer a atuação do Centro;

IV – desenvolver articulações institucionais e comunitárias com vistas à disseminação dos meios adequados de prevenção e transformação de conflitos, promovendo a cultura de paz;

V – assegurar a participação de mediadores, conciliadores e facilitadores voluntários no âmbito do Centro, conforme previsto no art. 169, §1.º, da Lei n.º13.105/2015;

VI – solicitar e viabilizar a capacitação continuada da equipe, por meio da participação em cursos, estudos, palestras, seminários e oficinas relacionadas à prevenção e resolução de conflitos;

VII – exercer outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas, no âmbito das finalidades do Centro de Prevenção e Resolução de Conflitos.



COMPETÊNCIAS

CARGO/FUNÇÃO: COORDENADOR(A)

CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL	CONHECIMENTO PROFISSIONAL	HABILIDADES (Saber fazer)	ATITUDES (Saber ser)	VALORES	RESULTADOS
Conhecimentos referentes a instituição.	Conhecimentos técnicos, teóricos e práticos referentes à área do cargo.	Uso dos conhecimentos na prática.	Ações embasadas nos conhecimentos e habilidades.	Princípios éticos e morais que guiam as ações e decisões.	Entregas concretas, impacto ou valor gerado para a instituição e para a sociedade.
Processo legislativo e normas internas da Alece	Conhecimento jurídico-administrativo	Capacidade de resiliência	Zelo pela transparência e ética no funcionamento	Integridade	Ações realizadas e resultados monitorados
Direitos e deveres do servidor público	Superior completo	Empatia e comprometimento	Cumprimento e garantia dos protocolos	Sustentabilidade	Servidores valorizados e engajados
Estrutura organizacional	Planejamento e execução	Autorregulação e foco	Organização das rotinas e monitoramento dos resultados	Responsabilidade	Mediadores, conciliadores e facilitadores capacitados e habilitados a atuar
Cultura organizacional	Repertório legislativo aplicado à mediação e à conciliação	Responsabilidade técnica	Aplicação prática da legislação	Compromisso	Cidadão satisfeito
Direcionamento estratégico	Gestão de pessoas	Capacidade de gerenciamento	Estabelecimento de metas e uso de indicadores	Segurança	Equipes motivadas
Comunicação institucional	Métodos autocompositivos e práticas restaurativas	Domínio técnico-operacional da mediação e conciliação	Condução de situações conflituosas	Pacificação	Credibilidade institucional aumentada
	Ferramentas tecnológicas (básicas)	Comunicação e redação técnica	Proatividade e escuta ativa	Clareza	Conflitos interpessoais na instituição reduzidos
	Trabalho colaborativo e diligente	Inteligência emocional	Interlocução com órgãos públicos, sociedade civil e setores da Alece	Diversidade e inclusão	Clima organizacional positivo fortalecido
	Formações reconhecidas pelo ENFAM - Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	Autoconfiança	Orientação e supervisão de conciliadores e mediadores	Confiança	Metodologia de prevenção e resolução de conflitos disseminada
	Qualificação em CNV	Comunicação assertiva		Diálogo e transparência	
	Gestão de conflitos	Elaboração de relatórios técnicos e institucionais			
	Legislação aplicada à Justiça Multiportas (Resolução 125/2010 do CNJ; Lei 13.140/2015; Lei 13.105/2015; Lei 10.406/2002				
	Implementação de processos e parcerias				